

ASPECTO SOCIOLINGÜÍSTICO DA ALFABETIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

Ao chegar à escola, toda criança, em condições normais de desenvolvimento, já é dotada de competência gramatical e comunicativa na sua língua materna, antes de ser alfabetizada. A alfabetização é o processo em que a criança vai aprender especificamente o código escrito da sua língua materna. Trata-se de um processo de apropriação de tecnologia, que exige dos professores empenhados em tal tarefa conhecimentos específicos de Linguística. O professor deve, por exemplo, reconhecer que cada criança vem de uma realidade sociolinguística diferente, e que essas diferenças irão se manifestar no modo como as crianças irão aprender o código escrito. Neste texto, primeiramente, são discutidos alguns dos conhecimentos linguísticos necessários para que o professor de língua materna possa analisar e trabalhar a escrita dos alunos. Em um segundo momento, são analisados resultados de um fenômeno sociolinguístico do português – o rotacismo – com o propósito de evidenciar como a realidade sociolinguística do alfabetizando manifesta-se no seu aprendizado do código escrito.

UMA CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM

Embora linguagem e língua sejam noções interligadas², a primeira é mais abrangente que a segunda. O termo linguagem costuma ser associado a palavras como ‘faculdade’, ‘capacidade’, ‘atividade’, com foco ora na função cognitiva/biológica, ora na função comunicativa/social da linguagem humana. A linguagem é uma atividade cognitiva e discursiva, já que ela mantém um vínculo estreito com o pensamento e também estabelece a interlocução. Através dela “se estabelecem quadros de referências culturais [...] pelos quais se interpretam a realidade e as expressões linguísticas. [...] Como atividade sobre símbolos e representações, a linguagem torna possível o pensamento abstrato.” (BRASIL, 1998a, p. 20).

E através dela também se estabelece “ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história”. (BRASIL, 1998a, p. 20.) Em resumo, pela linguagem se expressam pensamentos, ideias e intenções, se promovem relações interpessoais. Observe-se a

seguinte passagem dos PCNs, em que a noção de língua como conhecimento implícito, se mescla com a noção de usos historicamente situados dos quais aflora o vernáculo³:

Desde a infância, todos os falantes de uma língua comunicam-se com base em uma gramática internalizada, que independe da aprendizagem sistemática, pois se adquire pelo contato com os demais falantes. É a partir desse saber linguístico implícito que os usuários se fazem entender, de uma forma ou de outra, e deixam transparecer as marcas de sua origem, idade, nível sociocultural. (BRASIL, 1998b, p. 57)

A língua, na perspectiva sociolinguística, é concebida como um sistema heterogêneo, portanto sujeito a variações e mudanças no espaço e no tempo. As diferenças linguísticas costumam ser reunidas em três tipos de variação: a variação regional ou geográfica (diatópica), a variação social (diastrática), e a variação estilística ou de registro mais ou menos formal (diafásica). Podemos ainda considerar uma quarta variação, decorrente da modalidade oral ou escrita da língua (diamésica). Todos os tipos de variação ocorrem nos diferentes níveis linguísticos:

fonético-fonológico (ex.: <peixe ~ pexi>; <mulher ~ muié>);

morfológico (ex.: <colherinha ~ colherzinha>; <menininho ~ meninote>);

sintático (ex.: <agente canta ~ a gente cantamos>; <□ estudo ~ eu estudo>);

lexical (ex.: <pandorga ~ papagaio ~ pipa>);

discursivo (ex.: <sabe? ~ entende?>; <acho que ~ parece>).

Em Gorski e Freitag (2007) pode-se encontrar uma ampla e detalhada discussão sobre concepções de língua, linguagem e gramática. Na base de qualquer reflexão sobre o ensino de língua, os termos linguagem, língua, norma e gramática são de uso comum inclusive entre os leigos e representam conceitos nada triviais, uma vez que diferentes teorias linguísticas recortam e definem de modo diferente seus objetos; cada concepção de língua(gem) tem correlata uma certa concepção de gramática; o conceito de norma linguística está atrelado à visão de gramática; enfim, os termos em pauta são, no mínimo, polissêmicos. Existe, assim, uma estreita correlação entre as diferentes concepções de língua(gem) e as concepções de gramática.

3 Vernáculo é o estilo em que é dada monitoração mínima, isto é, em que se presta o mínimo de atenção à fala

A variação geográfica carrega fortes marcas identitárias: o indivíduo praticamente se identifica, revela sua origem regional, ao falar. A variação social também carrega marcas identitárias e se manifesta nas diferentes normas: a norma culta é usada pelas pessoas mais diretamente relacionadas com a cultura escrita que é historicamente legitimada (pessoas com alto grau de escolarização), ao passo que as normas ou variedades não-padrão são utilizadas por indivíduos não escolarizados ou pouco escolarizados. As variedades culta e não-padrão usualmente refletem as diferenças sociais dos falantes. A norma culta, vista por muitos como o “falar corretamente”, é considerada uma via de ascensão social. Quem não domina a variedade padrão da língua é marginalizado, ridicularizado, enfim, excluído: em uma entrevista para emprego, na escola, no vestibular. Porém, o domínio e o uso da variedade culta ficam restritos a uma parte muito pequena da população brasileira, que, não por coincidência, é a detentora do poder político e econômico.

No que diz respeito às variedades linguísticas, é papel da escola ensinar a ‘norma culta da língua, que é a variedade de prestígio na sociedade. Entretanto, a variedade linguística que o aluno traz de casa nunca deve ser desconsiderada e tachada de “erro”. O que os professores devem fazer é considerar os diferentes níveis de conhecimento prévio que os alunos apresentam e promover a ampliação desses conhecimentos, criando situações comunicativas diferenciadas para que os alunos estendam gradativamente o conhecimento linguístico já adquirido. Muitas vezes as diferenças entre as variedades dos alunos e a variedade da escola são tão grandes que parece estarmos diante de duas línguas diferentes. E essas diferenças são ainda mais salientes no momento de aprendizado do código escrito da língua.

CONHECIMENTOS SOBRE ASPECTOS FONÉTICOS DE DIFERENTES

VARIETADES DA LÍNGUA

A análise de textos produzidos por crianças que estão aprendendo o código escrito da sua língua materna revela a maneira como os aprendizes inconscientemente registram aspectos fonéticos da modalidade sociolinguística regional que utilizam. Ao iniciar seu

intercurso no mundo da escrita, a criança tende a estabelecer uma correspondência estrita entre os sons da fala e as letras, numa atitude semelhante à do linguista ao fazer uma transcrição fonética. No princípio do aprendizado do código escrito da sua língua materna, a criança constrói hipóteses acerca da representação dos sons, tomando por base seus conhecimentos da fala da sua variedade sociolinguística.

Na modalidade escrita a variação não está prevista quando uma língua já venceu os estágios históricos da sua codificação. A uniformidade de que a ortografia se reveste garante sua funcionalidade. Toda variação fonológica de um discurso.

oral (inclusive e principalmente a de natureza regional) se reduz a uma ortografia fixa e invariável, cuja transgressão não é uma opção aberta para o usuário da língua. Assim, o texto escrito pode ser lido e entendido por falantes com os mais diferentes antecedentes regionais. Estamos pois diante de dois estatutos bem distintos. Ensinaos nossos alunos a usar os recursos da variação oral para tornar sua fala mais competente, preservando contudo suas características sociodemográficas, e ensinamos nossos alunos a usar a ortografia: a grafia normatizada, fixada, canônica. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 273).

Veja-se o que ocorre com o fenômeno do rotacismo no português. Do ponto de vista fonético, as consoantes /l/ e /r/ são muito próximas, podendo, por isso, intercambiar-se ou neutralizarem-se. Seus traços articulatórios são definidos no quadro 1.

/l//r/

Ponto de articulação alveolar Alveolar

Modo de articulação lateral Vibrante

Ressonância oral Oral

Vibração laríngea sonora Sonora

Quadro 1: Traços articulatórios das consoantes /l/ e /r/

Fonte: (CRISTOFARO-SILVA, 1999)

Como pode ser observado no quadro 1, a diferença entre as consoantes resume-se ao

modo de articulação: enquanto a primeira é lateral (o som é produzido à medida que o ar escapa pelos lados de um obstáculo formado no centro da cavidade bucal pelo contato do ápice da língua com os alvéolos), a segunda é vibrante simples (o som é produzido à medida que o ar escapa por uma passagem

estreita formada por um toque rápido do ápice da língua contra os alvéolos).

Porém, apesar da semelhança do ponto de vista articulatorio, as consoantes /l/ e /r/ constituem fonemas distintos no português, uma vez que podem contrastar em ambiente idêntico. Aplicando-se o princípio da comutação a pares mínimos, a troca de /l/ por /r/ implica em mudança de significado: / ‘kala / é diferente de / ‘kara /; / ‘atlas / é diferente de / a’tras /.

E, do ponto de vista sociolinguístico, as consoantes /l/ e /r/ também se parecem quanto ao potencial de variação. Estão sujeitas a inúmeros processos de variação dialetal, por vezes, neutralizando os traços contrastivos e transforando-se em alofones posicionais, tais como no rotacismo.

O fonema /l/, quando funciona como segunda consoante prevocálica nos cluster consonantais, está sujeito ao processo de rotacismo, do qual derivam formas como [‘kraru], [‘krawdia], [‘broku], entre outras. De acordo com Coutinho (1979), na passagem do latim ao português, o processo agiu intensamente convertendo formas como *ecclesia-*, *plaga-*, *esclavuflexu-* em *igreja*, *praia*, *escravo*, *frouxo*.

Variedades linguísticas em que ocorre o rotacismo costumam ser associadas a comunidades rurais e são estigmatizadas. Entretanto, trata-se de variantes linguísticas de milhares de brasileiros falantes das variedades não-padrão, a “classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite”, para quem a fonética da norma culta é como a de uma língua estrangeira.

As escolas de zona rural ou de periferia atendem a uma clientela com características socioculturais específicas, que se distinguem das características da clientela das escolas urbanas dos bairros de classe média, principalmente no que se refere ao repertório linguístico. Estas especificidades não são devidamente contempladas nos livros didáticos nem tampouco nas propostas curriculares, cabendo aos professores de crianças provenientes de uma cultura iletrada a pesada tarefa de fazer a adequação dos conteúdos programáticos aos antecedentes culturais de seus alunos. Alguns

desses professores são membros da comunidade onde trabalham, outros são ‘forasteiros’, com background cultural diferente. Tanto uns quanto outros, porém, precisam aprender a identificar as características sociolinguísticas e culturais de seus alunos, de forma sistemática. Esta identificação é pré-requisito para a

implementação de estratégias pedagógicas e interacionais que sejam sensíveis aos traços culturais dos alunos e proporcionem melhores resultados de aprendizagem.

Para identificar as características sociolinguísticas e culturais dos alunos de forma sistemática, é preciso que os conhecimentos (socio)linguísticos decorrentes das pesquisas atuais sobre educação em língua materna façam parte da formação do professor alfabetizador.

Soares (1998, p.8) apresenta o que seria o mínimo que um professor alfabetizador deveria aprender em sua formação:

Um alfabetizador precisa conhecer os diferentes componentes do processo de alfabetização e do processo de letramento. Conhecer esses processos exige conhecer, por exemplo, as práticas sociais e usos da língua escrita, os fundamentos do nosso sistema de escrita, as relações fonema/grafema que regem nosso sistema alfabético, as convenções ortográficas... exige ainda a apropriação do conceito de texto, de gêneros textuais... Mas, além de conhecer o objeto da aprendizagem, seus componentes linguísticos, sociais, culturais, o alfabetizador precisa também saber como é que a criança se apropria desse objeto, ter uma resposta para a pergunta:

“como é que se aprende a ler e a escrever? A ler e produzir textos de diferentes gêneros?”. Isso significa conhecer o processo de compreensão e produção de texto escrito, o processo de construção de sentido para um texto, o processo de desenvolvimento da fluência na leitura, os processos de aquisição e desenvolvimento de vocabulário, de que dependem a compreensão e a construção de sentido... O alfabetizador tem de conhecer o objeto da aprendizagem e também o processo pelo qual se aprende esse objeto, a língua escrita. Infelizmente esses conhecimentos ainda não entraram na formação dos alfabetizadores. (SOARES, 1998, p.8, grifos da autora)

Casos como o do rotacismo costumam provocar reações de preconceito linguístico, principalmente naquelas pessoas que se situam nos pontos mais altos na pirâmide social, ou seja, que pertencem a um nível sócio-econômico mais alto e que dominam a variedade culta da língua. O preconceito linguístico se manifesta em comentários do tipo: “fulano fala errado”, “fulano não sabe falar direito”, “a fala de fulano é feia”... A isso se chama valor Nucleus, v.8, n.1, abr.2011

social das formas variantes. A fala (ou escrita) é avaliada ou julgada em função do status social dos indivíduos que a utilizam, e não pelas características linguísticas em si.

USOS E FUNÇÕES DA ESCRITA E DA LEITURA

Introdução

Uma sociedade abatida, culturalmente e socialmente, sem herança de valores. Um povo pacato, discriminado pela falta de oportunidades e mantido sob domínio de poucos privilegiados.

A discriminação continua sendo pauta de extensos debates políticos e educacionais, mas sem retorno eficaz na solução do problema.

Mede-se a grandeza de uma sociedade, não pelos bens materiais que a mesma possui, mas pelo valor cultural e social de seu povo. "A pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos econômicos e políticos: é o idioma criado ou herdado pelo povo". Olavo Bilac, expressa muito bem isso em um de seus pensamentos poéticos sobre a sociedade. O que temos de mais valioso é a nossa cultura, nossas raízes ideológicas, nossas formas de expressão, nossa identidade. Transformando assim, o povo em verdadeiros cidadãos, exigindo seus direitos, ao mesmo tempo em que cumprem com seus deveres, de forma natural.

A única medida capaz de engrandecer nosso povo é a transformação social através de uma educação de qualidade com garantia de igualdade, diminuindo assim as diferenças e a discriminação social e cultural.

Refletindo sobre isso, vamos conjecturar e tecer opiniões sobre os acertos e falhas da educação, baseando-se em estudos teóricos e a prática vivida no meio escolar.

Para lapidarmos melhor o tema a ser discorrido, vamos nos fixar nas dificuldades encontradas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como se observa nos dados retirados da Revista Escola do mês de janeiro/fevereiro de 2011:

Os dados mais recentes do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), divulgado em 2009 pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, expressam uma realidade absurda. De acordo com o índice, quatro em cada dez brasileiros que cursaram até a 4ª série e hoje tem entre 15 e 24 anos de idade não conseguem compreender nada além de um pequeno bilhete ou anúncio. Um fracasso que em grande medida, tem como responsável uma concepção de

ensino inadequada, que predominou em sala de aula durante boa parte do século passado. Ao voltar suas baterias quase exclusivamente para as atividades de cópia e memorização das famílias silábicas, professores reduziram a alfabetização a uma atividade de decifração em que ler era decorar sílabas, e repeti-las à exaustão. Havia um problema grave sobre o que se ensinava, pois a escrita era abordada sem seu aspecto comunicativo. (P. 51)

A revista aborda o assunto, se referindo a um tempo passado, desconsiderando a atualidade. Conhecedores da realidade escolar, percebemos que esses problemas ainda estão presentes em muitas salas de aula do nosso país. Apesar das inúmeras inovações tecnológicas, da crescente preocupação política com a educação, além de novidades e descobertas científicas no campo educacional, trazendo segurança teórica, a escola, muitas vezes, se recusa a abrir as portas para os novos paradigmas da educação.

Na lista de culpados do fracasso da educação, estão desde os próprios alunos, até a inexistência de políticas públicas adequadas ao ensino. Mas não estamos buscando culpados ou inocentes, estamos refletindo e buscando soluções para melhorar a sociedade a partir da educação. Acredita-se que um dos problemas principais está nas séries iniciais do ensino fundamental, mais especificamente na alfabetização, onde os alunos iniciam sua vida escolar e dela depende o seu sucesso ou o seu fracasso na sociedade. Portanto, é neste tema que faremos nossa caminhada. Onde falaremos sobre a alfabetização, não somente de crianças, mas de jovens e adultos que não tiveram acesso a ela em idade própria. Refletiremos principalmente sobre as teorias de Emilia Ferreiro e as práticas e métodos de alfabetização e letramento desde o século passado até os dias atuais, expandindo o conhecimento e refletindo os acertos e erros.

A alfabetização no Brasil

Até o fim do século XIX, a leitura e a escrita eram práticas culturais de aprendizagem para uma minoria. Aprendia-se ler e escrever sem método específico e sem profissionais especializados, em ambientes não formais ou em algumas poucas escolas precárias, chamadas como "aulas régias". Com a proclamação da República (1889), surgiu a necessidade de modernizar o país, e a escola tornou-se pública. A universalização da educação, e o direito de aprender a ler e a escrever

como forma de ingressar na sociedade e tornar-se cidadão, passaram a ter importância para o desenvolvimento do Brasil. Com isso, o ensino iniciou sua trajetória educacional em caráter formal. Aprendia-se ler e escrever com cartilhas através de métodos sintéticos (silabação, soletração e fônico), iniciando-se das partes ou sílabas das palavras para o todo. Era dada importância para a cópia, leitura, escrita, ortografia, caligrafia, formação de frases.

Em torno de 1890, surgem novos paradigmas a respeito de como alfabetizar, introduzindo-se um novo método, chamado de analítico, que consiste em apresentar primeiramente a palavra, frase ou texto, para depois seguir para as partes. Os novos conceitos sobre a alfabetização geraram inúmeros questionamentos sobre o ensino tradicional, assim como, trouxeram algumas inovações e mudanças no ensino. Os professores começaram a utilizar a mistura dos dois métodos, e assim surgiram cartilhas que ofereciam atividades baseadas no método sintético/analítico. Também surgiram os manuais para os professores, auxiliando para melhorar o desempenho das aulas, mas o objetivo da alfabetização ainda era ler, escrever corretamente e a caligrafia.

Quase um século depois, em torno de 1980, o Brasil passa por mais uma transformação conceitual e social. O pensamento construtivista, advindo do resultado das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita, realizadas pela pesquisadora argentina Emilia Ferreiro, estréia um olhar mais aguçado sobre o processo de alfabetização. Os alunos passam a ser sujeitos da educação, construindo seu aprendizado. O construtivismo traz novos rumos para a educação, tornando-a mais humana e aproximando o conhecimento do cotidiano, tornando-o prático e útil. O aluno passa a ter mais influência sobre a prática em sala de aula, sendo o centro de todo o processo de aprendizagem. Segundo Fernando Becker, 1992:

A ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento. (p.88)

O construtivismo, portanto, é uma teoria, um conjunto de ideias de uma sociedade insatisfeita com os rumos da educação. Uma mudança de postura diante do conhecimento e do ser humano. É a busca pelo conhecimento através da sua construção e interação. Fernando Becker, apud Piaget, 1992:

As relações entre o sujeito e o seu meio consistem numa interação radical, de modo tal que a consciência não começa pelo conhecimento dos objetos nem pelo da atividade do sujeito, mas por um estado indiferenciado; e é desse estado que derivam dois movimentos complementares, um de incorporação das coisas ao sujeito, o outro de acomodação às próprias coisas.

A organização de que a atividade assimiladora é testemunha é, essencialmente, construção e, assim, é de fato invenção, desde o princípio. (p.92)

O construtivismo não está explícito nos métodos de ensino e aprendizagem e no conteúdo escolar. Está na visão do professor e da escola, diante do próprio conhecimento. Conhecer o aluno individualmente é valorizar a sua história social e cultural.

O conhecimento não pode ter concepção apriorista ou empirista, deve sim ser construído pelo sujeito que interage com o objeto de aprendizagem. A escola necessita mudar seu pensamento sobre a aquisição do conhecimento, para dar início ao verdadeiro construtivismo.

Alfabetização e letramento

A leitura e a escrita vão além das capacidades do saber ler e escrever, é preciso usar essas práticas no mundo globalizado e em constante mudança. Foi-se o tempo em que alfabetizado era o adjetivo dado a pessoa que sabia ler e escrever o seu próprio nome. Essa definição simplista ficou no passado, dando origem a novas teorias sobre a alfabetização.

A definição de letramento inicia-se em meados de 1980, no Brasil, indo além das fronteiras de medir as capacidades de leitura e escrita. Segundo Magda Soares, o letramento no Brasil surge em função das dificuldades e problemas encontrados no processo de aquisição da alfabetização, em função dos métodos utilizados. Sendo por isso, os dois termos se fundem e apesar das diferenças entre estes, o letramento se sobrepõe a alfabetização.

Diante da teoria construtivista, a alfabetização acontece de forma natural, não é mais necessário estar pronto para aprender. A aprendizagem ocorre com a interação do sujeito e a escrita. Não são mais necessários materiais específicos de alfabetização e sim materiais de leitura e escrita de uso comum a todos, onde a criança possa interagir com a escrita e a leitura. As dificuldades de aprendizagem são vistas como processos normais de tentativas para a aquisição do sistema da escrita e leitura. Não existe mais o erro, e sim um processo que é superado de forma progressiva, à medida que a criança passa a entender o sistema alfabético. Segundo Emilia Ferreiro, 2010: "Essa criança se coloca problemas, constrói sistemas interpretativos, pensa, raciocina e inventa, buscando compreender esse objeto social particularmente complexo que é a escrita, tal como ela existe na sociedade." (p. 11)

Magda Soares, explica que a alfabetização ocorre através de práticas de letramento, incidindo ao mesmo tempo e conseqüentemente. O letramento também é adquirido através das habilidades de leitura e escrita, como formas culturais e de uso social. Ou seja, uma depende da outra, são indissociáveis.

A alfabetização tradicionalmente apresenta o conceito de aprendizagem grafofônica, ou seja, a aquisição de habilidades de leitura e escrita através dos métodos analíticos e sintéticos. Essa concepção contraria a posição de Emilia Ferreiro sobre os conceitos de alfabetização e letramento. Segundo ela, os dois termos juntos não existem, pois a alfabetização já compreende o letramento e vice-versa.

A alfabetização apresenta um conceito mais tradicional de aprender a ler e a escrever, significa aprender a decodificar, associar grafemas e fonemas, enfim adquirir uma técnica, já o letramento, é a aquisição e o uso de habilidades de leitura e escrita no meio social. Saber fazer uso dessas práticas para ingressar no mundo letrado. Segundo Emilia Ferreiro, 2010:

Se pensarmos que a criança aprende só quando é submetida a um ensino sistemático, e que a sua ignorância está garantida até que receba tal tipo de ensino, nada poderemos enxergar. Mas se pensarmos que as crianças são seres que ignoram que devem pedir permissão para começar a aprender, talvez comecemos a aceitar que podem saber, embora não tenha sido dada a elas a autorização institucional para tanto. Saber algo a respeito de certo objeto não quer dizer,

necessariamente, saber algo socialmente aceito como "conhecimento". "Saber" quer dizer ter construído alguma concepção que explica certo conjunto de fenômenos ou de objetos da realidade. (p. 20)

A evolução da escrita no processo de aprendizagem e aquisição do sistema alfabético, segundo pesquisas de Emilia Ferreiro, chamada de Evolução Psicogenética, apresenta distintas fases:

As primeiras escritas infantis, consideradas de forma tradicional, são rabiscos, linhas, bolinhas, mas carregadas de significados, do ponto de vista construtivista. Nos aspectos gráficos, podem ser apenas traços mal definidos, mas seguem uma linha de evolução regular. É nesse primeiro período, que a criança consegue perceber a diferença entre desenhar e escrever, dando um importante passo para as etapas seguintes da compreensão da escrita. "As crianças não empregam seus esforços para inventar letras novas: recebem a forma das letras da sociedade e as adotam tal e qual." (FERREIRO, 2010, p. 23)

Em um segundo momento, a criança busca encontrar soluções para a diferenciação entre os tipos e significados da escrita. Em alguns momentos se apóia no uso de diferentes letras para diferentes palavras, em outros momentos se apóia na quantidade de letras para palavras diferentes. (no mínimo três letras para uma palavra ter significado ou poder ser lida). Esse período exige da criança grande atividade cognitiva. "Nestes dois primeiros períodos, o escrito não está regulado por diferenças ou semelhanças entre os significantes sonoros." (FERREIRO, 2010, p. 27)

O período silábico inicia-se quando a criança "começa por descobrir que as partes da escrita (suas letras) podem corresponder a outras tantas partes das palavras escritas (suas sílabas)" (FERREIRO, 2010, p.27). A criança começa a fazer relações entre o tamanho da palavra e a quantidade de letras usadas para escrever a palavras, associando ao seu valor sonoro, ou seja, a quantidade de sílabas que a palavras possui. Sendo que um monossílabo, não pode ser lido. A criança vai evoluindo dentro deste nível de alfabetização, até alcançar a capacidade de relacionar o som (fonema) à letra (grafema), sendo assim capaz de usar uma letra para cada sílaba da palavra, não repetindo letras.

O conflito, na aprendizagem é o que desestrutura a hipótese já confirmada, sendo que é preciso buscar novas formas de compreender o processo alfabético, para que ocorra a equilibração novamente. O processo

alfabético anterior dá origem há um novo nível de alfabetização: silábico-alfabético. Nesse período a criança percebe que sua hipótese anterior não é mais convincente, então a abandona e dá início a novas construções esquemáticas, procurando a equilíbrio. O período silábico-alfabético e o que está mais próximo da compreensão do sistema alfabético, ou seja, da escrita. É nele que a criança percebe que as sílabas não são formadas por quantidades de letras, mas sim por letras que fazem coerência entre grafia e som, dando mais importância a qualidade da escrita e menos a quantidade de letras usada para formar a palavra.

Em fim, a criança torna-se alfabética, escrevendo as palavras com as sílabas adequadas, percebendo que para formar uma sílaba não tem regra de número de letras, pode ser preciso uma, duas ou mais letras. Mas ainda encontra dificuldades em relacionar certas sílabas à gráfica correta, o que vai aprimorando até chegar à fase ortográfica.

Analfabetismo e letramento

Com a extensão da escolaridade do ensino fundamental para nove anos, inicia-se uma nova discussão sobre a aquisição da língua escrita e da leitura, já que os alunos entram mais cedo na escola. As mudanças trouxeram pontos positivos para a evolução no processo de alfabetização, tendo em vista, que permite as crianças aproximarem-se da cultura escrita e da leitura, permitindo maiores chances de sucesso no processo de alfabetização.

Sabe-se que o fracasso escolar não é tema recente, mas tem-se tornando mais atuante em função de pesquisas em busca de dados para medir a situação da educação no Brasil e no mundo. A escola pública vem sendo questionada sobre sua eficácia no cumprimento de seus deveres. As dúvidas que discutem a qualidade do ensino surgiram com base em avaliações nacionais do sistema de educação (SAEB) Sistema de Avaliação da Educação Básica ? Prova Brasil, e internacionais (PISA) Programa Internacional de Avaliação Comparada, desenvolvido pela (OCDE), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Onde se observa e se compara estatísticas e números que alertam e interrogam especialistas e políticos. As falhas estão nos anos iniciais, na alfabetização. Nos resultados do PISA de 2009, o Brasil está na posição 49ª, de sessenta países, no quesito leitura. Quase próximo de 50% dos alunos avaliados, apresentam dificuldades na leitura, escrita e compreensão. Isso

tudo, remete aos processos da aquisição da leitura e da escrita nos anos iniciais, pois é quando a criança inicia-se oficialmente na cultura letrada. Mas muitas vezes, a escola, os professores e a família, não disponibilizam ou não imprimem relevância diante da importância para esse processo educacional. O resultado desse comportamento social, político e educacional, está estampado na mídia. Conferindo as lacunas, encontra-se a incapacidade de saber comunicar-se e entender-se no mundo global e com novos conceitos. Conceitos que exigem cada vez mais capacidade de comunicar-se bem diante do mundo, expressar-se de forma a ser entendido, participar expondo opiniões favoráveis ou contrárias, dentre inúmeras outras.

Além de saber ler e escrever corretamente, é preciso entender o mundo e participar ativamente em todas as esferas sociais. A escola deveria ser a ponte entre a nova sociedade, mas muitas vezes, faz o papel contrário, excluindo ainda mais os alunos. Um exemplo claro desse descaso, está nos alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos), que voltam à escola em busca de melhores oportunidades e acabam não se identificando com ela e evadem.

Os cursos de formação de professores, especialmente os cursos por áreas do saber, não oportunizam aos futuros professores, condições de ensinarem aos seus educandos meios de vivenciarem a realidade social e interajam nesse meio em constante mudança.

Segundo Ferreira, 2007, o grande obstáculo é, muitas vezes, o próprio professor, por não ter tido oportunidades de aprender. Muitos educadores não sabem usar as ferramentas da tecnologia em benefício da educação. Indo mais além, esses professores não conceberam práticas de letramento e não sabem o significado e importância destas práticas no processo de alfabetização. Estão preparados apenas para alfabetizar e não para significar o uso desta prática.

Questões relacionadas ao letramento não podem mais ser silenciadas nos cursos de formação de professores. A temática precisa ser discutida nestes cursos porque continua impregnado na mente de muitos professores que letramento é sinônimo de alfabetização; que alfabetização é uma temática restrita aos professores das séries iniciais de escolarização e que este é um conteúdo para pedagogos ou para os professores de língua portuguesa. Atualmente, já se fala em letramento digital, texto eletrônico e percebemos, empiricamente, que muitos professores, ainda não sabem nem o que é letramento, muito menos como incorporá-lo a suas

práticas, principalmente na educação de jovens e adultos, provavelmente em virtude da não valorização científica e metodológica que o tema requer nos respectivos cursos." (p.19)

Não basta ao professor, apenas saber os conteúdos e transmiti-los aos alunos, é preciso saber que o conhecimento está em constante mutação e que a aprendizagem é um processo que dura a vida toda. O professor deve ser o mediador do conhecimento, trazendo para a sala de aula, alternativas para que o aluno possa refletir e construir o seu conhecimento. Desenvolvendo habilidades que serão indispensáveis para tomar decisões, liderar, compartilhar, adaptar-se a novas situações e infinitas outras relações sociais. Como diz Paulo Freire, 1996:

Fala-se quase exclusivamente do ensino dos conteúdos, ensino lamentavelmente quase sempre entendido como transferência do saber. Creio que uma das razões que explicam este descaso em torno do que ocorre no espaço-tempo da escola que não seja a atividade ensinante, vem sendo uma compreensão estreita do que é educação e do que é aprender. (p. 49)

O analfabetismo, não é apenas não saber ler e escrever, é não compreender os processos que levam a determinados resultados. Um aluno precisa compreender qual o seu papel na sociedade e como agir diante de situações inusitadas da vida. Citamos um exemplo prático do cotidiano escolar na vida de crianças e jovens: ao chegar à escola, o aluno encontra situação de depredação e descaso com a sala de aula e a escola em toda sua parte física. Como fazê-lo perceber que esse descaso é reflexo de um descaso político. É importante que além de adquirir o senso crítico diante da situação, também busque soluções para que possa amenizar. O nosso país é um país injusto, parte disso também é o povo que o torna. Quando não reflete sobre a situação e aceita como se assim tivesse que ser. Enfim, ser analfabeto é aceitar as injustiças, apesar de estarem bem à vista e demonstrarem contradição entre discurso e prática.

Considerações finais

No mundo fora da escola e da sala de aula, existem infinitas formas de comunicação. Ninguém pode impedir de a criança ter contato com essas formas de comunicação, sejam elas, escritas, faladas, expressadas através de gestos ou apenas ouvidas e vistas. A escola é

um elo entre o mundo e a criança, precisa acreditar que o educando não chega à sala de aula como uma "tábua rasa". Ele traz uma herança cultural, da sociedade e do grupo familiar. Os professores necessitam valorizar essas experiências. O ambiente urbano, também é rico em informações e conhecimentos e diferentemente da escola, está contextualizado trazendo mais sentido para o aluno em suas descobertas. Emilia Ferreiro, 2010, diz: "Em alguns momentos da história faz falta uma revolução conceitual. Acreditamos ter chegado o momento de fazê-la a respeito da alfabetização." (p. 42).

E preciso muitas mudanças educacionais para que a educação alcance a excelência e importância dentro de nossa sociedade. Sabemos que muito já foi construído, mas não podemos ficar no passado, temos que continuar a caminhada, que é longa e árdua. A educação tem pressa, precisa de medidas urgentes, os professores querem resultados do seu trabalho, a sociedade exige cidadãos capazes de agir e profissionais qualificados.

As competências para o trabalhador deste século, segundo relatório da UNESCO, compõem oito características, que coincidem com as necessidades da educação: flexibilidade, criatividade, informação, comunicação, responsabilidade, empreendedorismo, sociabilização e tecnologia. Para que a escola tenha o papel de transformar a sociedade e acatar as necessidades desta, é preciso que tenha em vista estas competências, para a formação de futuros profissionais. Esses parâmetros devem estar escritos e aplicados na proposta pedagógica da escola. Só a escola tem o poder de modificar conceitos. É através da educação que poderemos garantir um futuro mais justo para a sociedade.

ORALIDADE E ESCRITA

Muitas vezes quando você pega sua redação corrigida pelo professor, encontra a seguinte mensagem: evite usar a oralidade!

A não ser que seja uma narração, e a linguagem oral seja uma característica da personagem, a fala deve ficar restrita às nossas conversas informais com os amigos ou familiares.

Mas por que usar a oralidade em um texto é tão ruim? Porque não é o momento apropriado para que isso ocorra. A modalidade escrita exige uma formalidade e um planejamento que a modalidade falada não possui.

A linguagem coloquial é mais proeminente em situações informais, nas quais o apego à gramática é desnecessário. Portanto, é incoerente utilizar essa mesma linguagem para circunstâncias divergentes, como no caso da elaboração de uma redação dissertativa ou de qualquer tipo de texto que será avaliado.

Claro, lembre-se que há a exceção apontada acima: em narrações ou na reprodução da fala de alguém o uso do coloquialismo é coerente!

Tudo depende da adequação à situação experimentada. Por exemplo, o telejornal é falado, contudo, os textos ali pronunciados pertencem à modalidade escrita. Não seria conveniente que um dos apresentadores falasse: E aí, pessoas! Boa noite! Vocês sabiam que os senadores inventaram outro “ganha pão”? Agora eles têm um dinheiro extra só para comprar ternos! Tem cabimento?

Então, comece a observar se o emprego de termos ou expressões em sua redação está coerente com a linguagem que o texto exige, pois a falta dessa análise pode custar a falta de entendimento, bem como alguns pontinhos na hora da avaliação.

NORMA PADRÃO E LINGUAGEM DO ALUNO

Muito se tem discutido sobre o ensino da língua padrão e suas implicações e isso não se limita apenas em ser contra ou a favor da mesma, o tema é muito amplo e abre espaço para debates que vão desde a questão do preconceito lingüístico até a de que a língua é resultado de trabalho humano e se constitui entre sujeitos não sendo apenas uma atuação concreta de interação.

Nesse sentido, a diferença no ensino do português não se fundamenta em mudanças nas técnicas e métodos a serem utilizados. É uma concepção de linguagem diferente que pressupõe não só uma nova metodologia, mas, fundamentalmente, um novo conteúdo de ensino (GERALDI, 1997, p. 40-1).

O presente trabalho tem por objetivo expor e discutir idéias, como o de que a língua padrão deve ou não ser ensinada na escola, divergir sobre o surgimento de variações na língua e de que modo isso interfere no processo de ensino da escola.

Discute-se ainda nesse artigo a gramática, seu conceito e sua introdução ou não na prática de ensino no que diz respeito à língua culta.

Discutir que ensinar português na escola é tão polêmico quanto relevante, pois trata-se não só de defender ou reprovar teses de lingüistas e doutores dessa área, mas de repensar o papel que a escola exerce sobre a vida do indivíduo.

Por ser a escola uma instituição social, logicamente ela sofrerá interferências da sociedade em que está inserida, daí a justificativa de algumas vezes que defendem que a função da escola não é ensinar o português padrão, visto que isso seria uma violência, ou uma justificativa impor a um grupo social os valores de outro grupo.

Por ser a língua padrão o dialeto dos grupos sociais mais favorecidos, tornar seu ensino obrigatório para outros grupos sociais menos privilegiados como se fosse o único dialeto válido, seria uma violência cultural.

[...] participar da construção do novo, ter acesso às instâncias públicas de uso da linguagem é construir-se em cidadão. Não se trata, então, de aprender a língua padrão para ter acesso à cidadania. Trata-se de construir a linguagem da cidadania, não pelo esquecimento da 'cultura elaborada', mas pela reelaboração de uma cultura (inclusive a lingüística) resultante do confronto dialógico entre diferentes posições (GERALDI, 1997, p. 39).

Contrariando essa idéia populista e individualista está claro que o indivíduo só tem a ganhar quando inserido ao ensino de outra modalidade da língua, nesse caso, a modalidade culta.

Um grande equívoco é pensar que cada grupo de falantes só pode aprender um dialeto, visto que o aprendizado de outro dialeto é uma tarefa árdua para certos grupos e afirmam ainda que o dialeto da elite reforça o uso de padrões que são próprios da classe dominante socialmente, que seu ensino pretende silenciar os outros usos.

Sobre esse assunto Dillinguer (1985, p. 39-40) afirma: um problema inicial com o princípio da norma culta é que não faz sentido nenhum: ninguém sabe explicar porque exatamente estudar uma variante da língua seria melhor, nem porque esta variante específica da língua em vez de outras. Transporto para outro campo, defender esse princípio seria como afirmar que basta estudar meu vira-lata para saber tudo a respeito de cachorros.

Conveniente com esta idéia são estas as palavras de Bagno (2000, p. 105): "Muita gente acredita e defende que é a norma culta que deve constituir o objeto de

ensino/aprendizagem em sala de aula. Mas o que é e onde está essa norma culta?".

É importante que fique claro que não se pretende aqui menosprezar as outras variantes da língua, visto que se deve ter em mente que a língua apresenta variações, e isso se deve a alguns fatores que determinam tais variações como fatores geográficos de classe, de sexo, de idade, de profissão ou até mesmo de etnia e que isso é de suma importância para que haja uma concepção interacionista da língua.

A questão aqui em debate é o porquê de a escola ensinar a língua padrão, mas sem deixar de se preocupar com outra manifestação da linguagem: a não padrão.

Sendo assim, serão apresentados a seguir argumentos que destaquem a importância de ensino da língua padrão até porque é papel da escola, criar condições para que o indivíduo seja exposto a essa modalidade da língua, uma vez que a norma culta é a mais escrita socialmente e o indivíduo que não a emprega é tudo pela sociedade letrada como menos escolarizado, menos inteligente ou até menos capaz, e a sociedade por sua vez cobra dos indivíduos o domínio da língua culta.

Sobre isso Possenti (2004) afirma:

[...] o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico. A tese de que não se deve ensinar ou exigir o domínio do dialeto padrão dos alunos que conhecem e usam dialetos não padrões baseia-se em parte no preconceito, segundo o qual seria difícil aprender o padrão. Isto é falso, tanto do ponto de vista da capacidade dos falantes quanto do grau de complexidade de um dialeto padrão.

Nesse sentido, o papel da escola não é o de substituir a língua não padrão pela norma culta, mas de dar subsídio para que os alunos aprendam também as variantes que são peculiares ao meio em que vivem, como também aqueles de uma cultura mais elaborada.

É bom salientar que para muitas crianças esse acesso só é possível na escola, ficando claro que o ensino da língua padrão só deve acrescentar na vida do indivíduo e irá favorecê-lo, pois o mesmo poderá seguir áreas diversas e estar apto a usar efetivamente a norma culta da linguagem em situações em que a mesma se faça necessária.

Evanildo Bechara (1999, p. 59) afirma: "Mas o professor de língua portuguesa, sem desprestigiar o

valor da língua coloquial, deve centrar sua atenção no padrão culto, que presidirá à produção lingüística do educando, seja falando, seja escrevendo".

Enfim, não há dúvida que em tempos atuais, a maioria de sócios-lingüistas, gramáticos e professores, bem como a sociedade que se baseia no respaldo de que a língua não é só um processo de expressão, mas também de comunicação reconhecem a relevância desse tema.

Outro assunto, mas não menos interessante, que tem norteado debates diz respeito ao surgimento de variantes da língua, mesmo porque toda língua seja ela português, espanhol ou francês apresenta variantes que não devem ser menosprezadas, pois numa situação informal o uso das mesmas é perfeitamente possível.

A variedade lingüística é o reflexo da variedade social, como já foi dito a mesma se dá por diversos fatores externos.

"Pessoas que moram em lugares diferentes acabam caracterizando-se por falar de algum modo de maneira diferente em relação a outro grupo" (POSSENTI, 2004, p. 34).

A variedade lingüística é uma fonte de recursos de expressão que não desvaloriza a língua culta, mas a enriquece.

Veja bem, não há aqui uma contradição, não está sendo defendido que alunos de classes populares utilizem apenas suas variedades lingüísticas sem serem introduzido ao uso da norma culta, o fato é que a atenção da escola deve estar voltada, sobretudo a ajudar o aluno a compreender a realidade de modo que o mesmo atinja sua emancipação individual e coletiva.

Considerando o fato de que ao chega à escola, todos já falam a língua para fins de comunicação, todos trazem consigo uma imensa bagagem cultural, sendo assim torna-se importante a possível utilização de variedades lingüísticas no cotidiano em situações informais.

Embora haja princípios e afirmações sem respaldo algum pelo menos no sentido pedagógico como este a seguir encontrado nas palavras de Luft (1993, p. 66):

A língua é nossa! – Assim, deveria chamar a consciência dos alunos e falantes em geral, [...] Não é propriedade de gramático e lingüistas, professores, doutores e escritores. Cada falante tem direito de proclamar: - A língua é minha!

É obvio que em se tratando de linguagem informal o indivíduo pode sim, ou até certo ponto utilizar sua linguagem da maneira que quiser, mas em se tratando de situação formal, a sociedade exige uma linguagem bem definida.

Embora seja o povo que faz a língua, não se deve aceitar tudo o que é criado por ele, pois não é muito conveniente o surgimento de muitos dialetos, o que seria um distanciamento entre uma modalidade e outra.

Embora Bechara (1999, p. 6) ironicamente afirme que "tudo é válido na língua, desde que se logre comunicar-se", Silva (1995, p. 27) diz que:

[...] na prática, o que se vê como modo geral, é que, apesar do reconhecimento da diversidade de usos e de normas, de sua compreensão científica como usos próprios a grupos identificáveis que compõem a sociedade, se procede no sentido de implementar mecanismos de regulação lingüística com base nos dialetos de prestígio.

Desse modo, a escola deve se preocupar-se também com a competência comunicativa do aluno, ou ainda com as diversas competências lingüísticas do mesmo como se constata pela afirmativa de Travaglia (1996, p. 17) e Bechara (1989, p. 14) respectivamente: "... podemos dizer que o objetivo precípua da escola consiste na formação, aperfeiçoamento e controle das diversas competências lingüísticas do aluno". "... no fundo, a grande missão do professor da língua portuguesa (...) é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua...".

Fica claro, então, que, "ensinar português" aos falantes de português é uma atividade que visa desenvolver a capacidade do mesmo de usar a linguagem adequada nas diversas situações de interação que vivencia, ou seja, no dia-a-dia ou em uma situação de comunicação formal, como em seu trabalho, falando com superiores e colegas, que saiba produzir desde bilhetes para deixar na porta da geladeira até produzir textos acadêmicos.

Voltam-se então as atenções para o que se pretende, tratando-se ao ensino da língua padrão, já que existem na norma culta duas modalidades: a escrita e a falada.

Ao passo que um indivíduo é capaz de produzir um texto em português culto, também acredita-se ser ele capaz de ler um texto informativo ou livros técnicos sem dificuldades, mas sendo que, nesse caso, não há reciprocidade, ou seja, um indivíduo poderá ler o mesmo texto ou livro sem ter habilidade para escrever um texto no mesmo nível do texto que leu.

Pode-se dizer então que embora o professor deva desenvolver atividades que trabalhem a oralidade e a leitura, o esforço do professor deve-se voltar para a produção da escrita que na verdade só é desenvolvida na escola, enquanto que na atividade da leitura o aluno

está exposto constantemente por meio de jornais, revistas, livros, etc.

Sobrepôr o ensino da língua escrita ao da língua falada, não pela importância, pois na verdade isso inexistente, mas por ser a língua escrita mais elaborada que a falada, no que se refere ao ensino da língua padrão, deve centrar basicamente a preocupação do professor.

No que diz respeito à prática do ensino do português na modalidade falada, não se costuma fazer treinamento oral, visto que isso é adquirido no dia-a-dia da escola, contato direto com professores, diretores e em situações de sala de aula, em que se faz necessário uma modalidade de língua formal.

Para tanto é preciso que todos os professores abram espaços e criem situações constantes para que o aluno coloque em prática a norma culta falada.

De um modo geral, o aluno ao entrar em sala de aula nota por meio do professor uma mudança de ambiente e de atitudes, tomando o professor como ponto de referência para o aluno, dispensando assim um treinamento repetido e cansativo, no que diz respeito à língua falada.

Desse modo, o aluno terá praticado inconscientemente um treinamento constante da língua culta falada por meio do convívio com essa modalidade.

Com relação à língua escrita, a situação se torna bem mais complexa, pois muitos professores adotam práticas pedagógicas eficazes e desorganizadas que impedem ou retardam a aquisição eficiente da escrita, de modo que há alunos que ao concluir o ensino fundamental não são capazes de produzir um texto razoável.

Isso se dá porque alguns professores estão perdidos, sem saber o que ensinar aos alunos, culpa da falta de clareza dos objetivos básicos de ensino de português, o que dá ao professor a liberdade de conduzir as aulas à sua maneira não tendo um objetivo pedagógico definido, abrindo assim espaço para que haja dois extremos no ensino da língua portuguesa: de um lado prega-se o gramaticismo ou o estruturalismo, onde se privilegia apenas a transmissão da gramática normativa esquecendo da competência comunicativa que a língua tem, formando assim nos bancos escolares, indivíduos passivos que não interagem com o mundo e não questionam a realidade.

Não se propõe que a gramática seja banida das práticas pedagógicas, visto que ela é necessária para que possamos compreender as regras e estrutura da língua, mas cabe ao professor continuamente decidir que

proporção do tempo destinado ao ensino da língua deve ser dedicado ao estudo da gramática.

Essas são algumas palavras de Possenti (2004, p. 56) a respeito:

Falar sobre 'gramática' não significa propor que a escola só seja prática, não reflita sobre questões da língua. Seria contraditório propor esta atitude principalmente porque se sabe que refletir sobre a língua é uma das atividades usuais dos falantes e não há razão para reprimi-la na escola. trata-se apenas de reorganizar a discussão, de alterar prioridades (discutir os preconceitos é certamente mais importante do que fazer análise sintática – eu disse mais importante, o que significa que fazer análise sintática é importante, mas é menos...). além do mais, se quiser analisar fatos da língua, já há condições de fazê-lo segundo critérios bem melhores do que muitos utilizados pelas gramáticas e manuais indicados na escola.

Se de um lado do extremo existe um método estruturalista, de outro lado da moeda há um professor que acredita na criatividade do aluno e na espontaneidade do ensino, ou seja, não há conteúdos, não há métodos, não há objetivos e direção.

As conseqüências dessas duas atitudes, não são nada menos do que o fracasso escolar com significativos índices de evasão e repetência, dificultando assim o processo de transformação social, que é o papel primordial da escola.

Nesse sentido, comprometidos com o amanhã e com o futuro dos alunos, incumbe aos professores, persuadir o público que tem compromisso com a educação, na realidade da família ao professor, da Escola ao próprio Estado, a programar ações voltadas para a formação do futuro cidadão.

Se a linguagem é desenvolvida através da vivência, e esta é a base para o desenvolvimento da inteligência, cabe à escola explorar esta capacidade inata da criança, de maneira natural, através da observação, tentativa, repetição, experimentação, associação de idéias, generalização, motivação, planejamento adequado e criação de regras próprias, aonde ela vai dominando gradativamente a linguagem padrão, como meio e processo, ou seja, como comportamento de lidar com idéias.

Concluindo, pode-se dizer que a atividade mais importante é a de criar situações em que os alunos possam operar sobre a própria linguagem, construindo pouco a pouco. É a partir daí que os alunos conseguem intuir, tanto sobre os textos que produzem como sobre

os textos que escutam ou lêem. Para que isso ocorra, é necessário que a metodologia desenvolvida pelo professor seja variada e apropriada para cada aluno ou grupo, atendendo aos ritmos e as possibilidades de cada um; que as escolas saibam seguir a seqüência natural, na qual o ser humano manifesta seu pleno domínio da língua: falar, ler e escrever.

Nesse sentido, o método a ser usado pelo professor deve ser aberto para novas práticas, ser flexível e criar situações que sejam significativas para o aluno. O educador deve identificar as necessidades e expectativas dos educandos, antes de planejar o que pretende ensinar, deve também conhecer e valorizar a linguagem do aluno, como um instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana. Sendo assim, conclui-se que, se desenvolva no aluno muito mais do que a capacidade do estudo da língua padrão, faz-se necessário uma mobilização interna que demande no gosto pelo prazer de ler e escrever, que, conquistado em toda a sua plenitude trará ao educando autonomia e independência, além de segurança de expressão, contribuído dessa forma, para uma linguagem diversificada, de qualidade, com maiores opções de expressão, interpretação e análise crítica, possibilitando ao educando sua participação social no exercício da cidadania.

PROVA DA IDECAN 1

Ensina-me a viver

Eu nunca fui exatamente um bom aluno. Posso garantir que muito do meu desinteresse nas matérias é porque eu não via utilidade nenhuma nelas para a minha vida. Por que eu tenho que saber a velocidade do trem A durante a colisão com o trem B? Nem de trem eu ando. Pra que eu quero saber a fórmula de Báskara ou quanto vale o pi?

Quando que o gerente do banco ia ligar e avisar que minha conta estava negativa em menos xis raiz de dois sobre

quatro bê? E o interior da molécula? Pra que perder meu tempo com isso? Da mesma forma, não me interessava saber sobre cabelos negros como as asas da graúna... Eu entendia que, nessa fase escolar, tudo tinha que ser estudado, mas não aceitava que, não saber o símbolo do metano na tabela periódica, pudesse me fazer repetir de ano. Errar o português, ok. Não saber o valor de X, faça-me o favor. E quando eu perguntava o porquê de ter que aprender o inútil, o que me respondia

a maioria dos professores? Porque cai no vestibular. Eu tinha uma raiva dessa resposta. E se eu não quisesse prestar o vestibular? Estaria aprendendo de trouxa? E “aprendendo” é modo de dizer, porque, obviamente, eu decorava, fazia a prova e 30 segundos depois não fazia a mais vaga ideia do que vinha a ser uma hipotenusa.

Professores do Brasil deem sempre exemplos práticos para os seus alunos de por que cargas d’água ele precisa aprender aquilo. Associe o aprendizado com a vida real, com as profissões. Muitos adolescentes e pré-adolescentes não sabem o que vão querer ser da vida, então mostre possibilidades. Eu resolvi fazer teatro e vejo, hoje, o quanto tudo aquilo que eu achava inútil poderia ter servido para mim. Afinal qualquer profissional tem que entender tudo o que acontece em torno de seu trabalho. Eu, como ator, preciso saber da iluminação do teatro, de maquiagem, de câmera, de roteiro, de movimentação em cena e como uma ação pode interferir no todo...

Mas de que me adianta agora eu me tocar que eu podia ter aprendido muito mais? Eu tinha que ter me dado conta disso lá trás. Alguém tinha que ter mostrado pra mim que tudo vale a pena ser investigado e aprendido. Incentivar o aluno a entender, a pensar, se interessar, é diferente de fazer o aluno estudar. Estudar é chato. Ninguém gosta de estudar. A gente gosta é de saber. Ainda mais com a internet, onde o conhecimento está muito mais ao alcance. Eu não preciso do professor para me dizer como uma célula se reproduz, o Google me dá essa resposta. E no meu quarto ainda por cima. Porque o aluno não precisa de respostas, ele precisa de perguntas. Ele precisa querer saber. O desafio do professor é fazer uma mitocôndria instigar alguém. Isso que é desafio!

(Fábio Porchat. Disponível em:
<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,ensina-me-a-viver-imp-,1504072.>)

01) De acordo com o disposto no texto, NÃO se pode inferir que o professor, segundo o autor,

- A) ensinava conteúdos de memorização.
- B) respondia satisfatoriamente a todos os questionamentos do aluno.
- C) reprovava o aluno que não demonstrasse aprendizagem do conteúdo.
- D) direcionava a aprendizagem para os conteúdos exigidos nos vestibulares.

02) Com base na leitura do texto, analise as afirmativas. I. O único conteúdo que realmente tinha importância na sua época de estudante, segundo o autor, era o

português, visto que aceitava, sem argumentar, os erros cometidos.

II. O autor percebe, atualmente, que muitos conteúdos, antes considerados desinteressantes, são úteis na sua profissão.

III. O professor é essencial para a aprendizagem de todo e qualquer conteúdo, os alunos é que devem começar a valorizá-lo.

IV. Os alunos aprenderiam melhor se os professores associassem os conteúdos a alguma utilidade prática na vida das pessoas.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III. B) II e IV. C) I, II e IV. D) II, III e IV.

03) “Mas de que me adianta agora eu me tocar que eu podia ter aprendido muito mais? Eu tinha que ter me dado conta

disso lá trás.” (3º§). Com base no trecho anterior, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() O autor percebe, embora tardiamente, que deveria ter se empenhado mais nos estudos.

() Para o autor, nunca é tarde para estudar.

() O autor se arrepende de não ter percebido a importância de alguns conteúdos.

A sequência está correta em

- A) V, V, V. B) F, V, V. C) V, F, V. D) V, V, F

04) O autor utiliza, em alguns trechos, palavras ou expressões conotativas, ou seja, empregadas em um contexto diferente do usual, sendo, geralmente, próprias da linguagem coloquial. Assinale a alternativa que NÃO apresenta termos nessa linguagem.

A) “Estaria aprendendo de trouxa?” (1º§)

B) “Não saber o valor de X, faça-me o favor.” (1º§)

C) “E se eu não quisesse prestar o vestibular?” (1º§)

D) “Professores do Brasil, deem sempre exemplos práticos para os seus alunos de por que cargas d’água ele precisa aprender aquilo.” (2º§)

05) Com base nas figuras de linguagem, analise as afirmativas.

I. Há comparação em “Da mesma forma, não me interessava saber sobre cabelos negros como as asas da graúna...” (1º§).

II. No trecho “Eu não preciso do professor para me dizer como uma célula se reproduz, o Google me dá essa resposta.” (3º§) há metonímia.

III. Em “Muitos adolescentes e pré-adolescentes não sabem o que vão querer ser da vida, então mostre possibilidades.” (2º§) ocorre uma hipérbole.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

06) Sobre a alfabetização, é INCORRETO afirmar que

A) é necessário que o ensino da leitura e escrita seja feito de forma a estar relacionado com o interesse do educando.

B) a forma pela qual a leitura for experimentada pelo sujeito interferirá na visão que ele venha a ter sobre a aprendizagem em geral.

C) o que precisa para que uma criança fique motivada a ler e escrever, é o conhecimento sobre a utilidade prática da leitura e escrita.

D) a alfabetização precisa ser uma via de acesso aos bens culturais acumulados pela humanidade, possibilitando, também, o exercício da participação social.

07) Analise as afirmativas correlatas.

I. “Preparar a criança para o aprendizado da leitura significa oferecer-lhe oportunidade e experiências que não fizeram parte de sua história de vida.”

ENTRETANTO

II. “Sem deixar de considerar as experiências que ela traz para a sala de aula, valorizando seu próprio conhecimento.”

Assinale a alternativa correta.

- A) As duas afirmativas são falsas.
- B) A segunda afirmativa contradiz a primeira.
- C) A primeira afirmativa é verdadeira e a segunda, falsa.
- D) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda é uma conclusão da primeira.

08) Sobre letramento, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade e se amplia cotidianamente por toda a vida.

() O processo de letramento está restrito a Língua Portuguesa.

() Alfabetizar letrando é a ação de ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais de leitura e escrita.

() O aprendizado da tecnologia da escrita e o uso da mesma em diferentes práticas sociais constituem dois processos, sendo que um é pré-requisito do outro.

() As crianças, desde tenra idade, convivem com a língua oral em diferentes situações de interação social e, por meio desta, aprendem sobre si, sobre os seus pares e sobre a realidade que as cercam.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, V, F.
- B) F, F, V, V, F.
- C) V, F, V, F, V.
- D) V, V, F, V, F.

09) Acerca da alfabetização e letramento, analise as afirmativas.

I. O ensino tradicional de alfabetização em que primeiro se aprende a “decifrar um código”, para depois ler efetivamente, garante a formação de leitores/escritores.

II. O termo letramento não substitui a palavra alfabetização, mas aparece associado a ela.

III. Ser alfabetizado, hoje, é mais do que “decodificar” e “codificar” os textos.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

10) São características da Psicogênese da Língua Escrita, EXCETO:

- A) Valorização do ambiente alfabetizador.
- B) Foco da aprendizagem no alfabetizador.
- C) Reconhecimento da evolução da escrita.
- D) Uso do diagnóstico dos conhecimentos prévios.